

POTENCIAL DOS DOCUMENTOS CAMARÁRIOS PARA ESTUDOS HISTORIOGRÁFICOS DO LAZER

Caroline Bertarelli Bibbó¹

Maria Cristina Rosa²

Resumo: Partindo da pesquisa “Divertimentos em Ouro Preto no final do século XIX”, em que documentos camarários do Arquivo Público Municipal de Ouro Preto (APMOP) foram utilizados como principal fonte, este artigo tem por objetivo destacar potencialidades desses documentos para os estudos do lazer, especialmente para trabalhos que buscam compreender histórias dos divertimentos. Para isso apresentamos o APMOP e características e conteúdos de tipos documentais pesquisados, bem como pistas encontradas sobre os divertimentos. Foram identificadas informações como práticas, espaços, sujeitos, economia, revelando o potencial e a viabilidade de se investigar os divertimentos por meio dessa fonte. Destaca-se que os documentos camarários podem, ainda, ser fundamentais em pesquisas que utilizam outras fontes, possibilitando o cruzamento e aprofundamento de informações.

Palavras-chave: Divertimento; Século XIX; Ouro Preto; Minas Gerais.

POTENTIAL OF CITY COUNCIL’S DOCUMENTS TO HISTORIOGRAPHIC STUDIES OF LEISURE

Abstract: Starting from the research “Amusement in Ouro Preto at the end of the XIX century”, in which city council’s documents of the Ouro Preto’s Municipal Public Archive (APMOP) were used as main source, this paper aims to highlight these documents’ potentialities for leisure studies, especially for works that seek to comprehend amusement history. In order to do that we presented APMOP, characteristics and content of the documental types studied, as well as leads found about amusement. Information regarding amusement were found, such as practices, spaces, subjects, economy, revealing the potential and the viability of investigating the amusements through this source. Furthermore, it stands out that the city council’s documents can be fundamental in researches that utilize other sources, making possible information crossover and deepening.

Keywords: Amusement; XIX century; Ouro Preto; Minas Gerais.

POTENCIAL DE LOS DOCUMENTOS DEL AYUNTAMIENTO DE OURO PRETO PARA ESTUDIOS HISTORIOGRÁFICOS DEL OCIO

Resumen: Este artículo objetiva señalar, para estudios del ocio, especialmente para

¹ Bacharela em Educação Física pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e Mestre em Estudos do Lazer pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: carolinebibbo@gmail.com.

² Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Trabalhou Professora da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais, atuando nos cursos de Licenciatura e Bacharelado em Educação Física. É professora do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer (UFMG) e coordenadora do Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer (CEMEF/UFMG). E-mail: m.crosa@hotmail.com.

trabajos que buscan comprender historias de los divertimientos, potencialidades de los documentos del Ayuntamiento de Ouro Preto, salvaguardados en el Archivo Público Municipal (APMOP) y que han sido fuente principal en la investigación “Divertimientos en Ouro Preto en fines del siglo XIX”. Para ello, presentamos el APMOP y rasgos y contenidos de tipos documentales investigados, tal como huellas encontradas sobre los divertimientos. Han sido identificadas informaciones como prácticas, espacios, sujetos, economía, revelando el potencial y la viabilidad de investigarse los divertimientos por medio de esa fuente. Además, los documentos pueden, aún, ser fundamentales en investigaciones en las que se utilizan otras fuentes, proporcionando el cruce y la profundización de informaciones.

Palabras clave: Divertimiento; Siglo XIX; Ouro Preto; Minas Gerais.

Introdução

No fazer historiográfico há variadas possibilidades de investigação, estabelecidas, por exemplo, pela escolha do objeto a ser estudado, do método a ser adotado, da abordagem de pesquisa a ser realizada e das interpretações a ser estabelecidas. Todavia, ele só acontece quando alicerçado por um item fundamental: a fonte, matéria prima do historiador, que se apresenta de diferentes formas (BACELLAR, 2006).

Livros, documentos institucionais, periódicos, imagens, entrevistas etc., tudo, quando indagado, pode ser fonte e pode falar sobre algo. Como sugere Bloch, a compreensão da história ou de fragmentos dela se dá por caminhos em que “os textos ou os documentos, mesmo os aparentemente mais claros e mais complacentes, não falam senão quando sabemos interroga-los” (BLOCH, 2001, p. 79).

Em meio à diversidade de documentos disponíveis em arquivos públicos e particulares, bibliotecas e outras instituições, bem como possibilidades de questionamento aos mesmos, este artigo tem por objetivo destacar potencialidades dos documentos camarários como fonte para os estudos do lazer, especialmente para trabalhos que buscam compreender histórias dos divertimentos.

Os documentos camarários são documentos administrativos, como atas, registros financeiros e legislações, produzidos pelas Câmaras Municipais. Eles fazem parte de um grande grupo denominado fontes documentais e estão presentes em arquivos tanto dos poderes Executivo quanto Legislativo. No Executivo, informações referentes à administração pública são encontradas em correspondências (entre autoridades do executivo e autoridades das mais diversas esferas), ofícios, requerimentos e em documentos de diferentes naturezas sobre obras públicas e outras temáticas. No Legislativo, pode-se acessar registros de ordens régias e legislações disponibilizadas tanto em documentos originais das legislações como em publicações em diários oficiais, bem como em atas das sessões das Câmaras Municipais, que permitem acompanhar discussões de leis e de projetos debatidos entre vereadores, deputados, senadores e outras pessoas presentes nessas

sessões (BACELLAR, 2006).

Ao escrever sobre acervos das Câmaras Municipais de Minas Gerais com documentação especialmente referente à colônia e ao império, Libby (2006) observa que as atribuições dessa instituição:

[...] eram tão amplas e variadas que sua atuação perpassava o conjunto do que, hoje, são conhecidos como os três Poderes: o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. Nesse sentido, tratava-se de um órgão que, de uma forma ou outra, se fazia presente em inúmeros aspectos do dia-a-dia da população [...] (LIBBY, 2006, p. 20).

Além disso, destaca que “é justamente a riqueza da documentação produzida pelas Câmaras Municipais que possibilita ao historiador/pesquisador vislumbrar um multifacetado cotidiano, tão caro à historiografia atual [...]” (LIBBY, 2006, p. 20), e que pode ser mais explorado por diferentes áreas de estudo, como nos estudos do lazer.

Vale destacar que as Câmaras Municipais tinham e têm a função de organizar espaços urbanos e o universo cultural de um município. Documentos por elas produzidos trazem, pois, indícios sobre a dinâmica do lugar e da vida cotidiana de sua população (SANTOS, 2013; FURTADO, 2009). Ao escrever sobre o período colonial, Nascimento e Gomes (2008, p. 166) afirmam que “as câmaras eram, a um só tempo, instituição de garantia da ordem colonial e dos interesses da metrópole e fóruns de representação dos interesses locais” e exerciam funções no controle, regulação, regulamentação e fiscalização de usos coletivos ou privados dos espaços e serviços da/na cidade, características essas presentes em temporalidades posteriores. Documentos por elas produzidos dizem sobre a vida cotidiana do município, em que os divertimentos estão inseridos, possibilitando perceber a dinâmica da cidade através de ações e decisões do município, bem como de seus munícipes.

Como toda fonte, esses documentos apresentam limites, pois trazem, por exemplo, pontos de vistas de uma determinada parcela da população, de uma determinada forma de organização de ações que incidem sobre a cidade e de sujeitos que por ela circulam. É importante lembrar que, como outros “documentos do passado [eles] não foram elaborados para o historiador, mas sim para atender a necessidades específicas do momento” (BACELLAR, 2006, p. 69) e podem estar “contaminados por valores e pontos de vista afeitos aos lugares sociais ocupados por quem os produziu” (DIAS, 2010, p. 41). Contudo, eles dizem de um contexto e permitem aproximações com uma época por corresponderem a uma fresta ou uma face da história e, portanto, da realidade analisada (MAIA, 2014, p. 462).

Considerando o potencial desses documentos para ser mobilizados como fonte bem como o aumento progressivo no número de trabalhos acadêmicos sobre o lazer, especialmente a partir do final do

século XX (GOMES; MELO, 2003), perguntamos por que eles não são mobilizados com frequência por pesquisas historiográficas que abordam essa temática?

Verifica-se, de uma maneira geral, que essas pesquisas têm privilegiado como tema histórias dos divertimentos e dos esportes e como recorte temporal o final do século XIX e o século XX, sendo ainda poucos os trabalhos que tratam sobre o século XVIII e as primeiras décadas do XIX. Temporalidades mais anteriores parecem ainda não ter sido contempladas, tratando-se especialmente de pesquisas empíricas. No que diz respeito às fontes, os trabalhos têm predominantemente utilizado periódicos publicados pela imprensa, especialmente jornais, geralmente disponibilizados em hemerotecas digitais, como a Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional,³ ou em hemerotecas físicas, como a Hemeroteca Histórica, da Biblioteca Pública Luiz de Bessa, em Belo Horizonte. Isso ocorre por vários motivos, como: falta de interesse de estudiosos por determinadas temporalidades; dificuldade de acessar o conteúdo disponibilizado em documentos manuscritos, que exigem do pesquisador o exercício da leitura paleográfica; maior acessibilidade a determinadas fontes bem como seus conteúdos, como acontece, por exemplo, com periódicos.

Os periódicos são fontes interessantes a partir das quais se pode conhecer e compreender o passado ou fragmentos dele. Eles podem conter registros fragmentários de um período imbuídos de intenções, interesses, parcialidade e subjetividade (LUCA, 2006) e podem oferecer meios de aproximação de percepções, convicções e anseios de uma época (CAMARGO, 1971), uma vez que, além de exercerem influência em segmentos da sociedade, como política e educação (LINHARES, 1995; RODRIGUES, 2006), divulgam acontecimentos e exercem papel de veículo de informações e de disseminação de ideias, conforme regras vigentes.

O potencial dos periódicos como fonte é destacado por vários autores e pode ser reconhecido em estudos de diferentes temáticas, como história do Brasil (CAMARGO, 1971), história da educação (TABORDA DE OLIVEIRA; PYKOSZ, 2009; GÓIS, 2013; TABORDA DE OLIVEIRA; OSCAR, 2014; GÓIS JUNIOR; SILVA, 2016), história das mulheres (GOELLNER, 1999; DALBEN; SOARES, 2008) e história da medicina (DALL'AVA, 2012).

No âmbito da história do lazer alguns importantes estudos que têm periódicos como fonte podem ser citados, como: Rodrigues (2006), Ribeiro (2007), Vilhena (2008), Neto e Silva (2009), Souza Neto (2010), Rosa *et al.* (2011), Caleiro, Silva e Souza Neto (2011), Tavares e Votre (2013), Dias (2013), Santos Junior (2013), Melo (2014; 2015) e Terezani (2016).

O trabalho de Rodrigues (2006)⁴, por exemplo, ao estudar relações

³ Para acessar essa hemeroteca: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

⁴ Este trabalho é referência para pesquisadores, uma vez que apresenta inúmeros vestígios e pistas sobre o lazer e os esportes em Minas Gerais e oferece importantes

entre a cidade de Belo Horizonte, o esporte e o lazer entre os anos de 1894 a 1920, destaca a relevância de periódicos, como jornais e revistas, para desenvolver o tema, pois eles servem de veículo de relatos, projeção e divulgação de acontecimentos, uma vez que exprimem representações da vida cotidiana da cidade mediante marcas da vida social deixadas por seus moradores e que podem traduzir modos de se viver e de se divertir.

Todavia, há estudos sobre a história do lazer que utilizam, para além dos periódicos, outras fontes, como é o trabalho de Dias (2010), que trata da história do lazer na natureza no Rio de Janeiro entre 1779 e 1838 e mobiliza como principal fonte relatos de viajantes estrangeiros; a pesquisa de Lima (2013) que, para tratar da participação dos operários na construção do divertimento lícito em Fortaleza, Ceará, faz uso de memorialistas associados com jornais e atas de reuniões de uma instituição de trabalhadores e operários católicos da cidade de São José; e o trabalho de Pires, Dias e Leite (2014) que trata sobre a história e memória do esporte em Jequié, Bahia, e utiliza de diferentes tipos de fontes, destacando-se as fotografias.

Há também trabalhos que usam documentos camarários cruzando-os com outras fontes, como o estudo de Duarte (1993), que aborda o circo e o teatro em Minas Gerais no século XIX e utiliza notícias e anúncios de jornais, relatórios do Presidente da Província, legislações, relatos de viajantes e livros e artigos sobre o teatro no século XIX; o trabalho de Rosa (2005), que mobiliza documentos camarários, cartorários, eclesiásticos e iconografia para abordar a dinamicidade dos corpos na comarca de Vila Rica – Minas Gerais, a partir da triangulação entre educação, diversão e doença; e a recente pesquisa de Nakayama (2016), que aborda os divertimentos em Juiz de Fora, Minas Gerais no início do século XX e utiliza processos-crime associados com jornais, escritos de memorialistas e documentos da administração municipal, como legislação e requerimentos. Contudo, esses são alguns dos poucos estudos historiográficos sobre o lazer que usam documentos camarários como fonte, predominando nos estudos a utilização de periódicos, revelando que ainda são pouco explorados.

Partindo da experiência vivenciada na pesquisa intitulada “Divertimentos em Ouro Preto no final do século XIX”,⁵ em que documentos camarários especialmente do acervo Arquivo Público Municipal de Ouro Preto (APMOP) foram utilizados como principal fonte, verificou-se a potencialidade desses documentos para realizar estudos

dicas de novas pesquisas.

⁵ Pesquisa de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Estudos do Lazer da Universidade Federal de Minas Gerais – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional e defendida em 2017, que tratou dos divertimentos em Ouro Preto, então Capital mineira, no período em que a Câmara Municipal da referida cidade investiu em projetos e ações para evitar a transferência da sede administrativa para Belo Horizonte, cidade que se tornou a nova capital do Estado em 1897.

sobre a história dos divertimentos, o que este artigo pretende ressaltar.

Para isso, apresentamos o Arquivo Público Municipal de Ouro Preto (estrutura, organização, instrumentos de consulta); tipos documentais pesquisados, como atas de sessões da Câmara e da Junta Municipal, registros de protocolos de requerimentos e correspondências da Câmara Municipal, destacando suas características e assuntos abordados; bem como evidenciamos pistas sobre os divertimentos, ou seja, a potencialidade desses documentos para se estudar a história dos divertimentos.

Desbravando o Arquivo Público Municipal de Ouro Preto (APMOP) em busca de pistas sobre os divertimentos

Linhares (2006) e Furtado (2009) enfatizam a importância da organização dos arquivos e disponibilização de acervos para um resultado positivo das pesquisas historiográficas. Dias (2014) atenta para a conservação e preservação de documentos, bem como para a acessibilidade dos acervos, nem sempre adequada. Esses autores reconhecem as diferentes realidades dos arquivos e seus acervos, conforme localização e relevância no cenário político e social.

Organizado e de fácil acesso, o APMOP possui um acervo que conta com dois fundos de origem pública, sendo eles: Câmara Municipal de Ouro Preto (CMOP), com datas limite de 1750–1970, e Prefeitura Municipal de Ouro Preto (PMOP), abrangendo documentos de 1931 até os dias atuais, sendo, pois, um fundo aberto.

Esses fundos dispõem de vasta documentação administrativa e legislativa, abrigando tipos documentais, como: acórdãos de vereança; livros de tombos; foros; despesas e registros de expostos; matrículas de escravos; loterias; lançamento e cobrança de impostos; contratos e arrematações; contratos e arrendamentos; eleições da guarda nacional; registros de patentes; provisões; requerimentos; ofícios e despachos da Câmara Municipal; licenças para abertura e baixa de negócios; registros de leis mineiras, imperiais e municipais; correspondências; certidões; atas; indicações; portarias; pareceres; documentos eleitorais; jornais e documentação cartográfica. São mais de 1.000 livros e cerca de 260 metros lineares de documentos avulsos referentes principalmente à segunda metade do século XIX e o século XX (ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE OURO PRETO, s./d.). Há ainda os fundos de origem privada, como de Tarquínio José Barbosa de Oliveira, José Pedro Xavier da Veiga e Tonico Zelador, bem como jornais e revistas publicados em Ouro Preto desde o início do século XIX até os dias de hoje.

Um importante instrumento de organização e referência do APMOP é o Catálogo Geral, organizado nos anos de 2001, 2002 e 2006, em que consta relação dos documentos disponíveis para consulta tanto no APMOP quanto na Biblioteca Nacional, no Arquivo Público Mineiro, na Casa Setecentista de Ouro Preto (Casa do Pilar) e no Arquivo Nacional.

Para o referido estudo, “Divertimentos em Ouro Preto no final do século XIX”, base deste artigo, foi consultado o Fundo da Câmara Municipal de Ouro Preto (CMOP) do Catálogo Geral, que é dividido em três partes: Câmara Municipal Parte I – 1711 a 1935, Câmara e Prefeitura Municipal Parte II – 1936 a 1940 e Câmara e Prefeitura Municipal Parte III – 1950 a 1976. Desses, foram utilizados documentos pertencentes à Parte I, especificamente de 1870 a 1900, referentes à cidade de Ouro Preto⁶ e alguns documentos organizados em caixas por data e assunto, enumerados com códigos de arranjo, mas ainda não inseridos no Catálogo Geral, que está sendo atualizado.

Foram selecionados e pesquisados os seguintes tipos documentais: atas de sessões da Câmara Municipal de Ouro Preto e da Junta Municipal; registros de protocolos de requerimentos à Câmara Municipal; registros de correspondências da Câmara Municipal e de Diogo de Vasconcellos; registros de receita e despesa da Câmara Municipal e da Intendência Municipal de Ouro Preto; relação de impostos sobre indústrias e profissões; registros de conta corrente do Procurador da Intendência, do administrador da Câmara Municipal e dos contribuintes de impostos municipais; Estatuto Municipal de 1894; livros de contratos e arrendamentos, contratos e arrematações; relação de negociantes; inventário dos bens da Câmara Municipal e livro de lançamento de resultados das extrações de loteria; registros sobre infração de posturas; registros de arrecadações e assuntos diversos, dentre os quais alguns avulsos considerados como parte de um Dossiê sobre melhoramentos da Capital.⁷

De modo geral, esses documentos foram produzidos por presidentes, secretários, fiscais, procuradores ou titulares de algum cargo na administração da Câmara Municipal de Ouro Preto. Mesmo quando referente a uma colocação da população, como visto em alguns protocolos de requerimentos ou registros de correspondências, os pedidos foram transcritos por empregados da Câmara Municipal e estão, portanto, afetados por sua linguagem. Encontramos algumas exceções em documentos de posturas e assuntos diversos que apresentam, por exemplo, correspondências e solicitações escritas por munícipes ou visitantes de Ouro Preto.

Em todos os tipos documentais investigados, a maioria manuscritos, predominam assuntos referentes ao cuidado com o traçado urbano e a conservação da salubridade das ruas e dos prédios

⁶ Por Ouro Preto ser Capital do estado de Minas Gerais de 1720 a 1897, há no acervo documentos que contemplam outras cidades e localidades mineiras, como Casa Branca, Congonhas do Campo, Itabira do Campo, Ouro Branco e Sobedade.

⁷ Foi denominado de *Dossiê* sobre os melhoramentos da Capital tanto os documentos ainda não listados no Catálogo Geral do APMOP (caixa com projetos de contratos, contratos e propostas, relatórios fiscalização de obras, relatório de ações, anotações de prestação de contas, recibos de pagamentos, empréstimos para realização de obras, editais, plantas, parecer jurídico) quanto o registro de documentos sobre as obras de melhoramentos da Capital, de 1892, constante no Catálogo Geral do APMOP, com 97 folhas de registros da mesma natureza dos citados anteriormente.

das cidades; ao saneamento e higiene da cidade; a regulamentações referentes, por exemplo, ao comércio, às profissões (dentistas, barbeiros, professores etc.) e à entrada e saída de pessoas e mercadorias na cidade. Pistas sobre divertimentos aparecem especialmente em cobranças de licenças para apresentação de espetáculos, em reclamações da interferência dos espetáculos na cidade, em regulamentações e fiscalizações dos botequins, em registros sobre festejos religiosos e profanos e em projetos de construção de novos espaços para se divertir, como teatro e jardins.

Abaixo são apresentados alguns tipos documentais em que foram encontradas pistas sobre divertimentos praticados ou almejados na cidade de Ouro Preto no final do século XIX; as principais características desses documentos bem como os assuntos neles tratados. Simultaneamente são evidenciados indícios e vestígios sobre os divertimentos, destacando-se potencialidades dessa fonte para estudos que pretendem compreender suas histórias.

- **Atas de sessões da Câmara e da Junta Municipal:** documentos redigidos por algum empregado da Câmara Municipal designado para a função de relator. Registram de forma resumida e clara ocorrências, deliberações, resoluções e decisões oriundas de discussões em reuniões da Câmara Municipal com temáticas diversas, sendo possível identificar interesses da administração municipal e demandas da cidade e, por vezes, de residentes e transeuntes do município. Os assuntos tratados são, comumente, obras e manutenção de ruas, becos e chafarizes (limpeza, estado de conservação); trato de carnes verdes (higiene e salubridade); nomeações de cargos públicos; serviços de distribuição de água; construção de estabelecimentos (mercados, açougues, cemitérios, casas particulares); trânsito de tropeiros; entre outros temas que dizem sobre o cotidiano da cidade. Assuntos referentes a alterações na aparência física da cidade são predominantes, demarcando uma preocupação da época justificada pela busca de progresso, civilidade e embelezamento.

Rastros sobre divertimentos aparecem no trato de projetos sobre a construção de um novo teatro para a cidade e de novos jardins para a população se reunir; em deliberações sobre a administração do teatro já existente, como manutenção de mobiliário e espaço; em autorizações para festejos, em especial de *Corpus Christi*; e em registros sobre apresentações de espetáculos dramáticos e circenses, como mostra o fragmento de uma ata que revela movimentação de companhias dramáticas e equestres na cidade.

Leu-se um Officio do D.^{or} Chefe de Policia sollicitando providencias contra o costume inveterado de se pregar nas esquinas, e paredes das mais publicas da Capital cartazes anunciando espectaculos no Theatro e Circo equestre.⁸

⁸ Registro de Atas de Sessões da Câmara. 1868 a 1883. 191 f. Caixa 11 L 1. Sessão

No fragmento é possível identificar a preocupação com a limpeza e o embelezamento das ruas, assuntos esses presentes, de diferentes formas, em outros tipos documentais pesquisados.

- **Registros de protocolos de requerimentos:** documentos em que há anotações de pedidos dirigidos à Câmara Municipal para aprovação ou execução de serviços na cidade. São requerimentos predominantemente feitos por habitantes da cidade, a maior parte referente a aforamento de terrenos, pagamento de impostos, construção ou demolição de casas, arruamentos, distribuição de água e licença para exercer ofício. Nesses documentos a dinâmica da cidade fica aparente, já que é possível identificar abertura e fechamento de comércios, construção e demolição de propriedades e demais alterações na malha urbana que refletem a entrada, permanência e saída de pessoas na cidade.

Muito se fala, por exemplo, sobre o esvaziamento de Ouro Preto com o final do ciclo do ouro bem como a desertificação da cidade é associada à mudança da Capital para Belo Horizonte, momentos tidos como de decadência do local (LINHARES, 2006; FONSECA; VENANCIO, 2014; VIEIRA, 2016). A partir dos registros de requerimentos pode-se perceber a movimentação na cidade (trânsito de pessoas e mercadorias) bem como seu esvaziamento. Isso pode ser verificado, por exemplo, através dos pedidos de autorização de tropeiros para estacionar nos mercados, do pagamento de impostos de mercadorias dos comerciantes nas barreiras da cidade e dos pedidos de permissão de artistas para se apresentarem em Ouro Preto.

No final de 1870 e na década de 1880, por exemplo, houve mais solicitações de aforamento indicando possível aumento na população. No mesmo período, registros mostram muitas aberturas de botequins, locais em que ocorria o comércio de mercadorias, especialmente alimentos e bebidas, bem como práticas de divertimento, como encontros, conversas e jogatinas, envolvendo pessoas de posições sociais distintas. Por outro lado, em 1890 houve aumento no fechamento de restaurantes e botequins e diminuição nos valores de aluguéis recebidos pela Câmara Municipal, remetendo a pouca procura por esses serviços.

Outras pistas de divertimentos presentes em requerimentos podem ser destacadas, como solicitações de auxílio financeiro para realização de festejos carnavalescos e pedidos de isenção de impostos sobre bilhares, indicando existência e legalidade desse jogo na cidade. Todavia, a maioria dos requerimentos é referente a autorizações para espetáculos.

José Alves da Costa Braga, por exemplo, solicitou as chaves do teatro:

extraordinária de 13 de Setembro de 1880, f. 134v.

para nella(sic) dar, a Comp^a Delphica d'Araujo uns 8 ou 10 espectaculos. O conservador do Theatro faça a entrega arrolando os objectos pertencentes com claresa(sic) sobre o estado dos mesmos. O supplicante pagará o que fôr de direito. Ouro Preto, 13 de Setembro de 1892. Diogo de Vasconcellos.⁹

Do mesmo modo, há outros pedidos feitos por artistas ou companhias de espetáculos, principalmente dramáticos e de cavalinhos.

- **Correspondências da Câmara Municipal:** mostram informações de conteúdo diversificado, ora se assemelhando às atas, ora aos requerimentos. Por exemplo, correspondências enviadas pela Câmara Municipal a presidentes distritais, secretários, engenheiros e outros são breves registros informando necessidades de serviços a ser prestados nos distritos. Esse formato apresenta rascunhos de portarias e ofícios com solicitações de verbas; permissões e/ou recusas de licenças para obras públicas e particulares, como desmanche de casas; comunicados referentes a cargos públicos, como posse, pagamentos ou férias, especialmente de professoras e fiscais; dados de eleições diversas, de atividades na Escola de Farmácia; transcrições de providências sobre cemitério público, limpeza, chafariz, instrução pública, águas, obras públicas, serviços de água e esgoto; anotações sobre elevação de preços em mercado, receitas, despesas, orçamentos do município, impostos sobre carros e carroças; nomeação de fiscal e membros de comissões; construção de latrinas; prestações de contas; entre outros assuntos que assinalam o cotidiano da cidade.

Já as correspondências enviadas para a Câmara Municipal são semelhantes aos documentos de requerimentos descritos anteriormente, tanto em forma quanto em conteúdo. Independentemente se produzidos pela ou para a Câmara Municipal, as correspondências dão indícios sobre os divertimentos como parte da dinâmica da cidade por meio de notas sobre funcionamento de botequins e bilhares; licenças para realização de bailes, espetáculos e festejos carnavalescos; e despesas com os festejos de *Corpus Christi*.

- **Livros de contratos e arrendamentos e de contratos e arrematações:** trazem contratos redigidos e firmados referentes a todo tipo de serviço prestado e/ou contratado pela Câmara Municipal, como limpeza e iluminação pública; empréstimos; publicação de ato; inúmeras obras, principalmente dos melhoramentos; além de transferências e adiantamentos de contratos já firmados. Quanto às pistas sobre os divertimentos, alguns contratos mencionam em suas cláusulas a construção de um *boulevard* na cidade, que abrigaria um jardim e um teatro; de um novo teatro que poderia ser construído em

⁹ Registro de Protocolo de Requerimentos Recebidos e respectivos despachos 1892 a 1893. 48f. Caixa 20 L 8. f. 14.

terreno junto ao *Thesouro*; reforma do teatro já existente; além de obras no Morro da Forca, local que receberia edificações destinadas a jogos e espetáculos, como um *politheama*, uma casa de bilhar, alguns quiosques e um jardim público. Espaços esses pensados para ser “ponto para reunião de famílias e para diversão dos nossos hospedes e visitantes”¹⁰ e para proporcionar embelezamento e progresso à cidade, que passava por um processo de melhoramento.

- **Dossiê dos melhoramentos da Capital:** documentação avulsa que trata de assuntos presentes em livros de contratos e arrendamentos e de contratos e arrematações. Além de contratos sobre manutenção da higiene da cidade; realização de obras da ferrovia e construção do mercado; orçamentos; relações de gastos e auditorias de serviços; prestação de contas e relatórios de ações e plantas referentes ao processo de mudanças no traçado urbano, há também documentos sobre obras mais frequentemente mencionadas, como a construção de um *boulevard* e a planificação do Morro da Forca, como pode ser observado no fragmento de edital que segue:

[...] se recebem também propostas para os referidos melhoramentos [...] Morro da Forca, cortar até o nível do Caminho Novo, para aterrar o vacuo atraz(sic) da Cadeia e Chacara Eduardo, desapropriando-se e preparando o terreno para construção, obrigando-se a construindo-se nelle 50 cazas, um jardim, e dentro um polytheama; Cortar frenteando com a Cadeia, o atrio do Carmo, fazendo um largo em frente ao Theatro, para ser plantado, continuando e alargando a rua Jangadeiro até o predio onde funciona o actual Congresso [...].¹¹

Nele é possível identificar a que se destinaria a planificação do Morro da Forca, que receberia “50 cazas, um jardim, e dentro um polytheama” ou, segundo Mantovani (2007) e Natal (2007), cerca de 100 construções de estilo moderno e elegante para abrigar pavilhões e quiosques para receber restaurantes, cafês, bilhares e música.¹²

- **Termos de obrigações e fianças:** trazem registro de fiadores e suas obrigações ao se responsabilizarem pela administração, por exemplo, do mercado do Rosário e da barreira do Taquaral, por obras em edifícios, pela transferência de terreno, por serviços de iluminação

¹⁰ Fundo CMOP I, Série: Obras, Subsérie: Públicas, Data limite: 1854-1893. Melhoramentos da Capital 1891. Pasta 1891-1892 - Obras públicas, Relatório - ações da Câmara Municipal, Encargos que pesão aos cofres municipaes.

¹¹ Fundo CMOP I, Série: Obras, Subsérie: Públicas, Data limite: 1854-1893. Melhoramentos da Capital 1891. Edital.

¹² Para obter essas informações, os autores acessaram documentação distinta das mobilizadas nesta pesquisa, como documentos da Diretoria Geral de Obras Públicas, relatórios de Presidentes da Província, e periódicos.

na cidade, pelo abastecimento de água e pela substituição de títulos. Nesse tipo documental há, por exemplo, um termo de responsabilidade pelos objetos existentes no teatro da cidade: “226 cadeiras, 1 aparador de mármore, 10 bancos grandes, 2 Lampeoes de quatro lâmpadas, 1 fagote e 1 escada”,¹³ que em 25 de fevereiro de 1892 ficaram sob a responsabilidade do cidadão Pedro de Alcantra [Ferr] de Carvalho.

- **Estatuto Municipal de Ouro Preto:** criado no governo de Randolpho José Ferreira Bretas, em 1894, para organizar o conjunto de normas que regulamentavam a administração da cidade, bem como as atividades que interferiam em sua dinâmica comercial, social e econômica, a fim de manter a ordem e a estabilidade na municipalidade. O documento consultado é a edição publicada em 1908 e nele constam disposições gerais sobre contravenções; regras sobre aforamento e edificações; desempachamento¹⁴ e asseio das povoações; salubridade pública; cominações preventivas de danos; mercancias, indústrias e licenças; inscrições e cobranças anuais; bem como as penas para cada infração ao que rege o Estatuto.

Destacamos o título VIII do Estatuto, “*Proibição de jogos, espectáculos ou divertimentos illicitos*”, que designa como e quais são os divertimentos permitidos e os sujeitos à punição, como pode ser identificado nos artigos 35 e 36:

Art. 35. Em ruas, praças e largos ou em casas destinadas a exhibições ou espectáculos publicos de qualquer genero, nenhum se poderá dar, sem previa concessão de licença, provada por conhecimento impresso dos respectivos direitos pagos.

Art.36. Nem nos povoados, nem fôra(sic) d’elles, se permittirá(sic) a renovação dos antigos e proscriptos folguedos denominados – *entrudo – queima de Judas – dansas(sic) de batuque* –; prohibidas estas sob qualquer tecto, ainda mesmo em logar(sic) ou sitio deshabitado (Ouro Preto, 1908, p. 20).

Alguns dos divertimentos mencionados acima são frequentemente encontrados em outros documentos da Câmara Municipal de Ouro Preto entre 1870 e 1900, como tavolagem, espetáculos e entrudo.¹⁵

¹³ Livro de Registro de Termos de Obrigação e Fiança para exercer cargos públicos, arrematação de obras públicas e arrendamento de lavras na sesmaria municipal. 1873 a 1906. 50 f. Caixa 11 L 10. f. 16.

¹⁴ Termo do próprio documento. De origem portuguesa, é um verbo transitivo e pronominal: 1. Desobstruir; desimpedir; desprender dos estorvos; soltar. 2. Aliviar. (DICIONÁRIO PRIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA). Ao consultar o livro sobre urbanismo *Disciplina urbanística da propriedade: o lote e seu destino*, vê-se que o termo está associado à preocupação com a desobstrução das vias públicas (CASTILHO, 2013).

¹⁵ Observa-se que essa pesquisa trata de 1870 a 1900, e que o Estatuto Municipal foi criado em 1894. Antes de sua criação, vigoravam as Posturas das Câmaras Municipais

- **Registros de receitas e despesas:** São livros de lançamentos de valores de entrada e saída de dinheiro dos cofres da Câmara Municipal de Ouro Preto, referentes a impostos/licenças e pagamentos de naturezas distintas, como: a) comercial - referente à carne verde, aguardente, gêneros do país, secos e molhados, dentre outros; b) profissional - salários ou licenças pagas empregados da Câmara Municipal ou contratados etc.. Há livros que apresentam breves descrições sobre aplicação/natureza da quantia informada, outros trazem apenas listas com identificação do gênero cobrado ou pago.

Ao trazer informações financeiras da Câmara Municipal, esses documentos nos instigam a tentar compreender elementos neles registrados, buscando sentidos e significados a eles atribuídos (FURTADO, 2009, p. 123). Além disso, a frequência com que aparecem os registros e os valores listados permite ainda cogitarmos a importância que cada um adquire.

Vale destacar que os valores de entrada geralmente são oriundos de licenças, mas há também valores provenientes de multas e aluguéis. Nos dois casos encontramos rastros sobre divertimentos, como impostos sobre bilhares, multas sobre funcionamento irregular de botequins, aluguéis do teatro, autorizações para realizar espetáculos diversos ou para abertura e funcionamento de botequins.

Já os valores de saída estão associados ao pagamento de funcionários, licenças, férias, eleições, contratos ou auxílios para festejos, entre outros assuntos eventuais. Neste caso, verificou-se a participação da Câmara Municipal na promoção e participação financeira de festas de carnaval, de *Corpus Christi*, de São Jorge e celebrações de recepção a autoridades que visitaram a cidade.

Dentre registros de receitas e despesas, destacamos um documento de receita da Intendência Municipal de Ouro Preto de 1890 a 1892 em que há lançamentos referentes a arrecadações na cidade provenientes de foro; imposto sobre aguardente, madeira e porco; administração de barreira; multa; fiança; administração de mercado; loteria; tabuleiro; aferição; dívida ativa; reses; pedreiras; carroças; Coletoria Estadual e Tesouro Nacional. Neste documento, cada um desses assuntos foi lançado em folha própria. Os divertimentos também tinham espaço próprio neste documento, como pode ser verificado, por exemplo, nos seguintes lançamentos sobre espetáculos públicos:

1890:

Dezembro - 4 - Renda orçada - 1:500\$000

1891:

Fevr.º - 28 - Arrecadada no mez(sic) de Fevr.º - 100\$000

Março - 31 - Arrecadado no mez(sic) de Março - 160\$000

da Província de Minas Gerais, datadas de 1830 (OURO PRETO, 1830), disponíveis apenas no Arquivo Público Mineiro. Documento este em que também há menção aos divertimentos como jogos, espetáculos, danças e entrudo, no título sobre segurança pública (OURO PRETO, 1830).

Abril – 30 – Arrecadado no mez(sic) de Abril de 1891 –
180\$000
Maio – 31 – Arrecadado no mez(sic) de Maio – 60\$000
Agosto – 2 – Arrecadado no mez(sic) de Julho de 1891 –
20\$000
[Total] 520\$000.¹⁶

Além das folhas exclusivas para lançar valores sobre espetáculos públicos, havia o espaço específico para lançamento de aluguel do teatro.

- **Documentos avulsos:** há documentos avulsos agrupados por temáticas diversas, como arrecadações e posturas, ou organizados sem identificação de tema, mas já identificados com códigos de arranjo.

No caso de documentos de arrecadações, há desde registros de licenças para funcionamento de estabelecimentos, pagamentos de impostos, correspondências recebidas e emitidas pela Câmara Municipal, editais, relatórios e balanços de caixas de receitas e despesas, até pequenas guias de recolhimento à receita municipal, uma espécie de recibos indicando valores que entraram para os cofres do município.

Nos documentos avulsos sobre arrecadações destacam-se referências a festejos carnavalescos, bilhares, botequins e espetáculos de cavalinhos, de mágica e dramáticos. Nos documentos avulsos relacionados ao assunto *posturas*, Os botequins são frequentemente mencionados. Um dos casos é o do negociante Francisco Joaquim Passos, que foi multado por abrir as portas de seu negócio em horário impróprio. Após pagar multa, o negociante reclamou ter sido cobrado injustamente e justificou que:

havia fechado as portas de sua casa de negocio, em a qual reside, a hora regularmente das posturas municipaes, mas teve necessidade de abrir uma d'ellas para ir aos seus aposentos, e, n'essa occasião alguns amigos que assistião aos festejos religiosos celebrados na Capella do Bom Jesus, acompanharão-no pedindo que lhes dessem agua e cerveja.

O petionario querendo ser lhes agradavel consentio que os mesmos entrassem para seo dormitório passando pelo negocio, passagem única, e ali servio-lhes, conservando, porem, as portas [___] fechadas.

Em conversa disse-lhe [ao fiscal] que abriu as portas porque a noite era de festa e portanto não era prohibido fazel-o(sic). O negociante oppoz-se(sic) a isso, mas seus amigos, em confiança abrirão as portas e accenderão luzes.

N'esse momento o fiscal Saturnino aparecendo declarou ter multado o negociante em 10\$000. Submisso e respeitador da

¹⁶ Registro Auxiliar de Receita da Intendência Municipal de Ouro Preto (Lançamento de licenças, foros, impostos sobre aguardente, administração das barreiras, Madeiras, Multas, Fianças, Mercados, Loterias, Tabuleiros, Espetáculos Públicos, Aferições, Dívida Ativa, Reses, Pedreiras, Carroças, Coletoria Estadual e Tesouro Nacional). 1890 a 1892. 50 f. Estante. f. 11.

lei, o Supp. disse lhe que prontamente sujeitava-se a multa e pagava a sua importancia, mas que fecharia logo que as pessoas presentes retirassem e [convindo-as] a assim fazer. [...].¹⁷

O caso acima possibilita ter conhecimento de diferentes formas de divertimento, como bebedeira em botequins e participação da população em festejos religiosos. Além disso, evidencia a relação dos divertimentos com a lei ao mostrar a infração cometida pelo dono do estabelecimento que prestou seus serviços fora do horário permitido. Observamos que infrações relacionadas aos botequins estendiam-se também aos seus frequentadores, que causavam algazarras, confusões e até assassinatos nesses locais.¹⁸

Nos variados registros que trazem detalhes de infrações às leis registradas no Estatuto e nas Posturas Municipais há ainda indícios sobre a prática de ajuntamento de meretrizes em casas de pensões, casos de prática de jogos ilícitos e de falsificações de bebidas, entre outras formas de divertimento que merecem ser pesquisadas.

Os documentos avulsos não catalogados, mas identificados por código de arranjo, também oferecem pistas sobre os divertimentos na cidade. Entre diversos assuntos tratados, como segurança pública, tribunal da relação de Minas, Secretaria de Finanças e obras públicas, encontramos uma pista sobre o *Club Recreativo Itacolomy*, que enviou a seguinte solicitação à Câmara Municipal de Ouro Preto:

Ao Dignissimo Presidente e Agente Executivo da Camara Municipal de Ouro Preto
 A Comissão, abaixo assignada do Club Recreativo Itacolomy, vêm honrosamente lhe pedir as salas das Escolas Primarias de Antonio Dias para uma soirré á realizar se no dia 7, nas ditas salas se por vós nos fôr concedida.
 Ficado V. S. sabendo que a comissão fica responsavel, pelas ditas salas durante os divertimentos. Desde já nos confessamos gratos.
 E. R. M.
 A comissão.
 Theophilo de Castilho
 Francisco de Albuquerque
 Antonio de Castilho
 Ant^o Lopes Beltrão.¹⁹

Observando anotações no documento de solicitação é possível perceber que a mesma foi atendida por Randolpho José Ferreira Bretas em 6 de outubro. Além de mencionar um tipo de diversão, as *soirrés*, o

¹⁷ Fundo CMOP I, Série: Posturas, Data limite: 1808-1899. Pasta 19 – 1894, Pedido n. 448, de 10 de Outubro de 1894.

¹⁸ Fundo CMOP I, Série: Posturas, Data limite: 1808-1899.

¹⁹ Documentos avulsos, Caixa 6, Pasta 3 – 1894 (02967 a 03.073). Código de arranjo: 02974.

documento supracitado apresenta indícios sobre a realização de práticas de divertimento no espaço escolar, dando-nos pistas sobre possíveis relações entre diversão e educação, que merecem ser problematizadas.

Considerações Finais

Os documentos camarários, com suas distintas características, oferecem informações sobre a cidade e sua população, apresentadas de formas variadas: de modo descritivo, como em atas, correspondências ou solicitações que detalham as intenções e dinâmicas das pessoas e dos eventos; de modo sucinto, através de listas ou registros sem muitos pormenores, como relações de gastos e arrecadações. De um modo ou de outro, ou ainda, relacionando um modo ao outro, é possível detectar traços da “memória social, política, administrativa e cultural” (SANTOS, 2013, p. 4) de moradores e viajantes que passam pela cidade.

Como ressalta Bacellar (2006), eles permitem análises sobre ações cotidianas da administração da cidade e da população, propiciando vislumbrar o contexto e parte do cotidiano da cidade e seus frequentadores (moradores e visitantes). Além disso, oferecem variadas e valiosas pistas a ser exploradas, tanto no âmbito dos estudos do lazer quanto de outros estudos, pois, mesmo que registrem essencialmente ações político-administrativas de determinado local, permitem analisar e compreender a dinâmica interna da sociedade, revelando, entre outros aspectos, os sociais e os culturais (MARTINY, 2008; SOUZA, 2009).

No cruzamento das fontes camarárias investigadas, constatamos que assuntos tratados nos tipos documentais são similares. Entretanto, é possível identificar um prisma distinto ou complementar tanto de assuntos de um modo geral quanto de algum caso específico. Esse fato é relevante porque há arquivos em diferentes regiões e cidades do Brasil que possuem em seu acervo uma vasta documentação produzida pelas Câmaras Municipais, podendo ser similar no que se refere ao tipo e ao conteúdo, mas também singular no que diz respeito aos sujeitos, cidades, processos etc..

Os documentos destacados neste artigo mostram alguns dos achados e pistas sobre os divertimentos em Ouro Preto entre 1870 e 1900 revelando o potencial e a viabilidade de se investigar os divertimentos (práticas, espaços, sujeitos, economia, dentre outros aspectos) por meio dessas fontes. Em Ouro Preto foram identificados divertimentos como espetáculos dramáticos, equestres, de cavalinhos, de prestidigitação, de mágicos, automáticos, de touros, ginásticos, líricos, públicos, apresentações musicais e de harpa, e representações; festejos cívicos, religiosos e populares; jogos de diferentes naturezas; bailes; *soirée*; ajuntamento de meretrizes e consumo de bebidas alcoólicas. Divertimentos esses vivenciados em espaços como teatro, circo, botequim, hotel, casa de jogos, rua, jardim, largo e, até mesmo, escola.

A partir dos exemplos apresentados, buscamos estimular outros pesquisadores a utilizar documentos camarários como fonte, uma vez que eles possibilitam, a partir de questionamentos e indagações, acessar informações muitas vezes ausentes em fontes de outra natureza, podendo propiciar melhor compreensão da dinâmica da vida divertida das/nas cidades.

Finalmente, ressaltamos que, assim como é possível desenvolver densas pesquisas sobre os divertimentos de uma ou mais localidade utilizando somente documentos camarários, os mesmos podem ser fundamentais em pesquisas que utilizam outras fontes, possibilitando o cruzamento e aprofundamento de informações.

FONTES

- Arquivo Público Municipal de Ouro Preto

Documentos avulsos, Caixa 6, Pasta 3 – 1894 (02967 a 03.073). Código de arranjo: 02974.

Fundo CMOP I, Série: Obras, Subsérie: Públicas, Data limite: 1854-1893. Melhoramentos da Capital 1891. Edital.

Fundo CMOP I, Série: Obras, Subsérie: Públicas, Data limite: 1854-1893. Melhoramentos da Capital 1891. Pasta 1891-1892 - Obras públicas, Relatório - ações da Câmara Municipal, Encargos que pesão aos cofres municipaes.

Fundo CMOP I, Série: Posturas, Data limite: 1808-1899.

Fundo CMOP I, Série: Posturas, Data limite: 1808-1899. Pasta 19 – 1894, Pedido n. 448, de 10 de Outubro de 1894.

Livro de Registro de Termos de Obrigação e Fiança para exercer cargos públicos, arrematação de obras públicas e arrendamento de lavras na sesmaria municipal. 1873 a 1906. 50 f. Caixa 11 L 10. f. 16.

OURO PRETO. *Estatuto Municipal*. Ouro Preto: Typographia Malvar, 1908.

Registro Auxiliar de Receita da Intendência Municipal de Ouro Preto (Lançamento de licenças, foros, impostos sobre aguardente, administração das barreiras, Madeiras, Multas, Fianças, Mercados, Loterias, Tabuleiros, Espetáculos Públicos, Aferições, Dívida Ativa, Reses, Pedreiras, Carroças, Coletoria Estadual e Tesouro Nacional). 1890 a 1892. 50 f. Estante. f. 11.

Registro de Atas de Sessões da Câmara. 1868 a 1883. 191 f. Caixa 11 L 1. Sessão extraordinária de 13 de setembro de 1880, f. 134v.

Registro de Protocolo de Requerimentos Recebidos e respectivos despachos 1892 a 1893. 48f. Caixa 20 L 8. f. 14.

- Arquivo Público Mineiro

OURO PRETO. *Posturas das Camaras Municipaes da Provincia de Minas Geraes confirmadas pelo Conselho Geral da mesma Provincia*. 2ª edição. Ouro Preto: Tipografia de Silva, 1830.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE OURO PRETO. *Apresentação*. S./d. Disponível em: arquivopublicoop.blogspot.com

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. 2ª Ed.. São Paulo: Contexto, 2006, p. 23-79. Disponível em: <https://teoriografia.files.wordpress.com/2015/08/pinsky-carla-fontes-histic3b3ricas.pdf>.

BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, O ofício de historiador*. Prefácio, Jacques Le Goff; apresentação à edição brasileira, Lilia Moritz Schwarcz; tradução, André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CALEIRO, Regina Célia Lima; SILVA, Luciano Pereira da, SOUZA NETO, Georgino Jorge de. Diversão, religião e política: práticas e significados dos primórdios do futebol no norte de Minas Gerais. In: CUNHA JUNIOR, C. F. F. (Org.). *Histórias e memórias do esporte em Minas Gerais*. 1ed. Juiz de Fora: UFJF, 2011. p. 51-77.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. A imprensa periódica como fonte para a História do Brasil. In: DE PAULA, Eurípides Simões (Org.). *Anais do V Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História*, São Paulo, Seção Gráfica da FFLCH/USP, 1971, v. n, pp. 225-39. Disponível em: <https://anais.anpuh.org/?p=14929>.

CASTILHO, José Roberto Fernandes. *Disciplina urbanística da propriedade: o lote e seu destino*. 2013. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=eC2kAgAAQBAJ&pg=PT107&lpg=PT107&dq=desempachamento&source=bl&ots=waIW0_W9N5&sig=D8o pLVyI2Wyinp7akQNVpWFcsg&hl=ptBR&sa=X&ved=0ahUKEwjTveTN5b3SAhXLkpAKHRKnBV0Q6AEIUDAN#v=onepage&q=desempachamento&f=false.

DALBEN, André; SOARES, Carmen Lúcia. A Revista Vida e Saúde: modos de olhar e educar o corpo feminino em suas páginas (1940-1950). *Pensar a Prática (Online)*, v. 11, p. 3, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fef/article/view/5144/4970>.

DALL'AVA, João Paulo. A imprensa jornalística como fonte documental para a história das doenças: as epidemias de febre amarela e de gripe espanhola em Sorocaba. *Caderno de história da ciência*, São Paulo, v. 8, n. 1, jun. 2012. Disponível em: http://periodicos.ses.sp.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-76342012000100005&lng=pt&nrm=iso.

DIAS, Cleber. Primórdios do futebol em Goiás, 1907-1936. *Revista de História Regional*, v. 18, n. 1, 2013. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr>.

DIAS, Cleber Augusto. Arquivos para a história regional do esporte. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 70-79, 2014. Disponível em: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/440>.

DIAS, Cleber Augusto Gonçalves. *História do lazer na natureza no Rio de Janeiro entre 1779 e 1838: um estudo de caso*. 2010. 208f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas. 2010. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000782591>.

DICIONÁRIO PRIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA. *Desempachamento*. Disponível em: <https://www.priberam.pt/dlpo/Desempachamento>.

DUARTE, Regina Horta. *Noites circenses: espetáculos de circo e teatro em Minas Gerais no século XIX*. 1993. 426f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 1993.

FONSECA, Cláudia Damasceno; VENANCIO, Renato Pinto. Vila Rica e a noção de “grande cidade” na transição do Antigo Regime para a época contemporânea. *Locus - Revista de História*, Juiz de Fora, v. 20, n. 1, p. 153-181, 2014. Disponível em: <https://locus.ufjf.emnuvens.com.br/locus/article/view/2839>. Acesso em 10 mar. 2017.

FURTADO, Júnia Ferreira. Novas tendências da historiografia sobre Minas Gerais no período colonial. *História da historiografia*, n. 2, p.116-162, mar. 2009. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/11>.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Bela, maternal e feminina: imagens da mulher na Revista Educação Physica. 1999. 174f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000224373>.

GÓIS JUNIOR, Edivaldo. Revista Educação Physica e a higiene dos corpos (1932-1945)/The Educação Physica Journal and bodily hygiene (1932-1945). *Record: Revista de História do Esporte*, v. 6, n. 1, p. 1-13, 2013. Disponível em: http://www.sport.ifcs.ufrj.br/record/pdf/recordV6N1_2013_13.pdf.

GÓIS JUNIOR, Edivaldo; SILVA, Leonardo Mattos da Motta. Educação do corpo e higiene escolar na imprensa do Rio de Janeiro (1930-1939). *Educação e Pesquisa - Revista da Faculdade de Educação da USP*, v. 42, p. 411-426, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022016000200411&script=sci_abstract&tlng=pt.

GOMES, Christianne Luce; MELO, Victor Andrade de. Lazer no Brasil: trajetória de estudos, possibilidades de pesquisa. *Movimento* (Porto Alegre), Porto Alegre, v. 9, p. 23-44, 2003. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/Movimento/article/viewFile/2661/1294>.

LIBBY, Douglas Cole. Subsídios para a história de Minas. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, n. 2, p. 20-23, jul./dez. 2006.

LIMA, Ana Cristina Pereira. Sociabilidades operárias na Primeira República: o círculo de trabalhadores operários católicos São José e a construção do “divertimento lícito” em Fortaleza. *Mosaico*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 6, jun. 2013. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/mosaico/article/view/62803>.

LINHARES, Joaquim Nabuco. *Itinerário da imprensa de Belo Horizonte, 1895-1954*. Estudo crítico e nota biográfica de Maria Cêres Pimenta Spínola Castro. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.

LINHARES, Maria Yedda. Por uma história documentada. Entrevista concedida a Mary Del PRIORE. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, n. 2, p. 9-17, jul./dez. 2006.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. 2^a. Ed.. São Paulo:

Contexto, 2006, p. 111-53. Disponível em: <https://teoriografia.files.wordpress.com/2015/08/pinsky-carla-fontes-histc3b3ricas.pdf>.

MAIA, Doralice Sátyro. Normativas urbanas no Brasil Imperial: a cidade e a vida urbana na legislação brasileira (1822–1850). *Geo UERJ*, v. 2, n. 25, p. 458-476, 2014. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/14407/10993>.

MANTOVANI, André Luiz. *Melhorar para não mudar: ferrovia, intervenções urbanas e seu impacto social em Ouro Preto-MG, 1885-1897*. 2007. 178f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2007. Disponível em: <http://www.arq.ufmg.br/nehcit/txt/mantovani.pdf>.

MARTINY, Carina. Das presenças e ausências: as atas da Câmara Municipal de São Sebastião do Caí (1875 a 1892) como fonte de pesquisa. In: *IX Encontro Estadual de História*, 2008, Porto Alegre. Vestígios do passado: a história e suas fontes. Porto Alegre: OIKOS, 2008. p. 70-70. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Carina_Martiny/publication/295245731_Das_presencas_e_ausencias_as_Atas_da_Camara_Municipal_de_Sao_Sebastiao_do_Cai_1875_a_1892_como_fonte_de_pesquisa/links/56c85f1e08ae1106370771bf.pdf.

MELO, Victor. O sport em transição: Rio de Janeiro, 1851-1868. *Movimento*, Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 363-376, abr./jun. 2015. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/49489/34213>.

_____. Antes do club: as primeiras experiências esportivas na capital do Império (1825-1851). *Projeto História*, São Paulo, n. 49, pp. 197-236, abr. 2014. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/18308/15941>.

NAKAYAMA, Marina Fernandes Braga. *Divertimentos e tempo livre: experiências dos trabalhadores em Juiz de Fora (1900 – 1924)*. 2016, 180f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, 2016.

NASCIMENTO, Adalson de Oliveira; GOMES, Maria do Carmo Andrade. A preservação documental na esfera do poder legislativo: a experiência do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. *Cadernos da Escola do Legislativo*, Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, v. 10, n. 15, p. 157-190, jan./dez. 2008. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/1270>.

NATAL, Caion Menguello. *Ouro Preto: a construção de uma cidade histórica, 1891-1933*. 2007, 239f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP: [s.n.], 2007.

NETO, Georgino Jorge de Souza; SILVA, Silvio Ricardo. O advento do lazer em Belo Horizonte ou das “festas e diversões”: um estudo dos hábitos de divertimento na ‘cidade moderna’ a partir do Minas Geraes. *Licere*, v. 12, n. 2, p. 1-27, jun 2009.

PIRES, Roberto Gondim; DIAS, Cleber; LEITE, Marcos Cesar Meira. História e memória do esporte em Jequié. *Recorde: Revista de História do Esporte*, v. 7, n. 1, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/Recorde/article/view/1240>.

RIBEIRO, Raphael Rajão. *A bola em meio a ruas alinhadas e a uma poeira infernal: Os primeiros anos do futebol em Belo Horizonte (1904-1921)*. 2007. 180f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, Belo Horizonte, 2007.

RODRIGUES, Marilita Aparecida Arantes. *Constituição e enraizamento do esporte na cidade: uma prática moderna de lazer na cultura urbana de BH (1894-1920)*. 2006, 338f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, Belo Horizonte, 2006.

ROSA, Maria Cristina. *Da pluralidade dos corpos: educação, diversão e doença na comarca de Vila Rica*. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2005.

ROSA, Maria Cristina; MAGALHÃES, Renan Vinicius; FERRO, Flavia Salles; BIBBÓ, Caroline Bertarelli; VIEIRA, Yuri Vitor Guimarães. Club de Sports Hygienicos: memórias. In: CUNHA JUNIOR, C. F. F. (Org.). *Histórias e Memórias do Esporte em Minas Gerais*. 1ed. Juiz de Fora: UFJF, 2011, v. 1, p. 97-119.

SANTOS, Marileide Lopes dos. Documentação camarária e história da educação em Minas Gerais: algumas possibilidades. In: *VII Congresso Brasileiro de História da Educação*, 2013, Cuiabá. Circuitos e fronteiras da história da educação no Brasil. 2013. 1 CD-ROM ISSN:2236-1855. 2013 – Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/03-%20FONTES%20E%20METODOS%20EM%20HISTORIA%20DA%20EDUCACAO/DOCUMENTACAO%20CAMARARIA%20E%20HISTORIA%20DA%20EDUCACAO%20EM%20MINAS.pdf>.

SANTOS JUNIOR, Nei Jorge. Um jogo de representações: o futebol suburbano nos jornais da cidade do Rio de Janeiro. *Pensar a Prática*, v. 16, n. 4, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fef/article/view/21721>.

SOUZA, Elisabete Gonçalves de. Arquivos históricos escolares: descrição e possibilidades de criação de banco de dados de fontes documentais para a história da educação brasileira. In: *VIII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas*, 2009, Campinas, São Paulo. História, Educação e Transformação: tendências e perspectivas. Campinas: FE/UNICAMP, 2009. v. 1. p. 1-15.

SOUZA NETO, Georgino Jorge. *A invenção do torcer em Belo Horizonte: da assistência ao pertencimento clubístico (1904-1930)*. 2010. 130f. Dissertação (Mestrado em Lazer) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Belo Horizonte, MG, 2010.

TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus Aurélio; OSCAR, Luisa Cecilia Belotti. Referenciais teórico-metodológicos nas pesquisas em história da educação: para uma história das relações entre sensibilidades, tempo livre e formação. *Esboços (UFSC)*, v. 21, p. 171-193, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2014v21n31p171>.

TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus Aurélio; PYKOSZ, Lausane Corrêa. A escolarização das práticas corporais no estado do Paraná (1846-1926): perscrutando o acervo de periódicos da Biblioteca Pública do Paraná. *História da Educação (UFPEL)*, v. 1, p. 115-142, 2009. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/28929>.

TAVARES, Ana Beatriz Correia de Oliveira; VOTRE, Sebastião Josué. Construindo representações sobre o estádio do Maracanã: análises de periódicos de 1947 a 1950. In: VOTRE, Sebastião Josué; HOFMANN, Anette; DESLANDES, Rafael. (Org.). *Esporte e educação física ao redor do mundo: passado, presente e futuro*. 1ed. Rio de Janeiro: Gama Filho, 2013. p. 13-27.

TEREZANI, Denis Roberto. *As representações jornalísticas da reconfiguração do carnaval paulistano (1967-1977)*. 2016. Tese (Doutorado em Lazer) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

VIEIRA, Liliane de Castro. Ouro Preto e o século XIX: o mito da decadência. *Revista CPC*, São Paulo, n. 22, p. 145-189, dec. 2016. ISSN

1980-4466. Disponível em:
<<http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/119887>>. Acesso em: 24
mai. 2017.

VILHENA, Kellen Nogueira. *Entre “Sãns Expansões do Espírito” e “Sarrilhos dos Diabos”*: lazer, divertimento e vadiagem nas representações da imprensa em Belo Horizonte (1895 – 1922). 2008. 177f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2008.